

CULTURA VIVA EM REDE

Por uma cultura solidária

Moacir Gadotti

Diretor do Instituto Paulo Freire
Professor Titular da Universidade de São Paulo

A relação entre educação e cultura é muito complexa. Tanto a arte quanto a educação acompanham todos os seres humanos durante toda a vida. Educação, arte e cultura são indissociáveis. Nem sempre, porém, conseguimos identificar o papel da cultura na educação e vice-versa. De um lado, a cultura é importante para o desenvolvimento educacional e, de outro, o desenvolvimento cultural de uma pessoa depende também da sua formação. A arte não é apenas objeto de admiração, de contemplação. Ela também pode ser objeto de estudo. Para isso, a educação – tanto formal quanto não formal – é importante: ninguém valoriza o que não conhece.

É claro, não se trata apenas de uma questão de conhecimento. É também uma questão de classe e de reconhecimento social. Mas, o conhecimento é uma condição básica da valorização da arte. É verdade, a obra de arte é auto-explicativa. Pode haver uma relação sensível entre observador e objeto observado sem nenhum conhecimento prévio. Nem tudo precisa de uma “explicação”. Contudo, podemos também ficar olhando para uma cerâmica antiga sem saber o que ela significa, porque não conhecemos a sua história e o seu significado. Ela pode se parecer com alguma coisa morta e sem sentido. A cultura precisa da informação e a informação é parte do trabalho pedagógico.

Por outro lado, é importante também assinalar que a educação não é neutra. Ela pode servir tanto para a emancipação quanto para a servidão. Por isso, não estamos falando aqui de uma educação qualquer, mas de uma educação sensível à cultura e que seja vista, ao mesmo tempo, sob uma ótica transformadora, uma educação em rede para uma **cultura solidária**, uma cultura da paz e da sustentabilidade.

Uma das dimensões essenciais para construir uma cultura solidária é a **educação estética**. A educação estética propõe a imersão total do sujeito no mundo, tentando conhecê-lo para além do puramente cognitivo. A educação estética se propõe superar a dicotomia cognitivo-afetivo, cognitivo-imaginativo. Ela surgiu com o “Romantismo Alemão”, ainda no século 18, opondo-se, naquela época, ao ensino centrado exclusivamente nas “ciências naturais” em detrimento das “ciências do espírito”. O filósofo alemão Wilhelm Dilthey, um dos protagonistas dessa corrente de pensamento, defendia a reintrodução da música e das artes no currículo escolar como existia na educação grega. Não basta a formação científica e a educação para a conscientização. É preciso a formação para a sensibilidade.

Os pedagogos modernos valorizavam a arte não apenas pela necessidade de uma educação estética na formação do espírito, mas pelo potencial da arte em relação ao aprendizado. É o caso do educador francês Henri Wallon que sustentava que a emoção precede o conhecimento e o estimula, complementado pelo educador russo Lev Wygotsky que concebia a arte como a “técnica da emoção”. A emoção estética acompanha sempre o processo de aprendizagem.

A **educação formal**, muitas vezes, tem esquecido as lições de Wallon e Wygotsky, colocando a educação estética à margem do currículo, como “atividades artísticas” ou “trabalhos manuais”. A tradição elitista da nossa educação sobrevaloriza

o trabalho intelectual e desvaloriza o trabalho manual e técnico e a formação integral do indivíduo. Ao contrário, a **educação não-formal** tem dado muito mais importância à educação estética, influenciando já os sistemas formais de educação. Às vezes, em vez da educação promover a cultura, ela acaba emperrando-a por meio de uma concepção centrada no cognitivo. O formalismo educacional impede a educação de se conceber como cultura.

Não se pode pensar numa cultura para a **solidariedade** sem a formação para a **sensibilidade**. Elas estão intimamente relacionadas. A educação estética mobiliza para a sensibilidade, abrindo-se para o novo, para o outro, para o diverso. Daí uma outra dimensão da educação para uma cultura solidária que é o respeito e a valorização da **diversidade cultural**. Trata-se de não impor padrões culturais, mas, de compartilhá-los, não estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles.

Trata-se de empoderar, de potencializar, o que já existe. É o que fazem hoje os **Pontos de cultura** que existem aos milhares, muito além dos que já foram cadastrados pelo Ministério da Cultura (MINC). São pontos de uma **cultura viva** e resistente, que é preciso **colocar em rede** e tornar visível. As formas de cultura são tantas quanto a nossa capacidade de imaginá-las. Os pontos de cultura não podem ser considerados como “átomos de cultura”. Eles devem comunicar-se entre si, devem aprender e ensinar, manter-se em rede ou na “teia”, como sugere o programa do MINC. A “Rede de Pontos de Cultura” do MINC – articulando a produção cultural local com o intercâmbio entre diversas linguagens artísticas – não só agrega agentes culturais, mas potencializa o compartilhamento de responsabilidades, promovendo a cidadania. “Teia” significa troca, confronto, parceria. Nenhum ser humano é uma ilha, precisa descobrir o outro. Eu preciso descobrir o que tenho em comum com os outros. Somos todos seres de relação, de vínculos. A **teia** deve estar sempre presente, virar política pública a partir das subjetividades de cada grupo. Se isso vier realmente a se implantar no país, poderá representar uma verdadeira **revolução cultural** dos debaixo, do cotidiano, do pequeno, do povo mais simples, do terreiro, das aldeias, do popular sempre tão desqualificado pela cultura dominante.

Isso tem muito a ver com o que defende hoje o filósofo Pierre Levy em seu livro *Conexão planetária*. O que cria o mundo não é o poder econômico, mas a imaginação criadora, a “inteligência coletiva”, superando a dicotomia entre razão e imaginação. Numa sociedade como a nossa, de uso intensivo da **informação** e das novas **tecnologias**, isso é ainda mais verdadeiro. O economista indiano Amartya Sen, em seu livro *Desenvolvimento com liberdade* defende a tese de que todo ser humano nasce com potencialidades. Ele que precisa apenas de uma oportunidade para se desenvolver. E isso ocorre na soma das liberdades individuais.

O **desenvolvimento humano** é resultado de um trabalho em comum, na “teia” humana. Essa oportunidade de se desenvolver, o ser humano encontra na educação e na cultura. Para cada indivíduo se desenvolver necessita da colaboração do outro. Todo ser humano precisa de **alteridade**. Uma educação para a solidariedade não é apenas um opção ética. É uma condição humana necessária para o desenvolvimento pessoal e social. Respeitar os talentos de cada um, de cada uma, valorizá-los e promovê-los, é um dever educacional e uma responsabilidade social e política.

A solidariedade nada tem a ver com a piedade. Não se trata de dar uma esmola para alguém para aliviar nossa consciência. A esmola, a piedade, não empoderam ninguém. Ao contrário, elas humilham. A solidariedade implica não apenas em sentir o outro, mas compartilhar nossas vidas, nossos sonhos. Por isso a solidariedade precisa ser “emancipatória” que, etimologicamente, significa “tirar as mãos de”. Não basta “sofrer com”, É preciso “estar com”, compartilhar. É o que afirma Paulo Freire na dedicatória de seu livro mais conhecido *Pedagogia do oprimido*: “Aos esfarrapados do mundo e àqueles que com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam”.

Por isso, creio que é muito acertada a política cultural adotada hoje pelo MINC nos pontos de cultura. Eles devem manter-se em **diálogo intertranscultural** para

mostrar o que há de comum entre eles – a cultura como fazer humano – e o que é específico de cada ponto, o diferente, o identitário de cada um deles. O conceito de **cultura viva** é central na educação estética solidária, porque, como no caso do programa do MINC, prioriza o público de baixa renda, os empobrecidos, sempre excluídos culturalmente, seja o público da cidade, seja o público do campo, o público jovem, estudante ou não, promovendo o *Software Livre*, a *Economia Solidária* etc. A concepção educacional dos pontos de cultura fundamenta-se numa pedagogia da cidade e na visão de uma **cidade educadora**, utopia das cidades justas e radicalmente democráticas. **Em teia**, os pontos de cultura transformam a cidade num espaço de aprendizagem. Eles se tornam espaços de formação para e pela cidadania.

A cultura, como a educação, não deve ser tratada como um tema setorial das políticas públicas. A política cultural está relacionada intimamente com a cidadania, o protagonismo infanto-juvenil, a economia, a educação... Ela é transversal. Não é uma especialidade a mais. É expressão do ser humano indivisível.

Com esse programa, o MINC introduziu uma novidade na política brasileira: a “gestão compartilhada transformadora” entre o poder público e a sociedade civil. E isso não vale só para a cultura. O **dirigismo** e o **verticalismo** na cultura, e em outras áreas, se constituíram sempre num verdadeiro desastre como política pública. Respeitar, valorizar e promover os valores e tradições das culturas, sem hierarquizá-las é também um **direito de cidadania**, direito de participar em igualdade de condições, da construção de um país, de uma nação multicultural, sem precisar se “aculturar” à cultura dominante.

A gestão da cultura é uma questão de cuidado, de sensibilidade. Vejo com alegria que isso predomina hoje na política cultural promovida pelo ministro-artista e artista-ministro Gilberto Gil e pela sua equipe, pelo seu modo de ser e de governar. O cuidado inspira confiança e auto-determinação. Muitas comunidades podem expor, com os novos equipamentos de comunicação de que dispõem hoje, seus valores, suas tradições e sua cultura, a partir do seu olhar e não do olhar de quem os observa de cima ou de outros valores, de outras tradições e de outras culturas. A **cultura popular** foi muitas vezes divulgada pelos que não fazem cultura popular. É fundamental possibilitar ao produtor cultural divulgar sua cultura a partir de seu próprio ponto de vista, que é sempre “a vista de um ponto” como nos diz Leonardo Boff.

Essa **nova metodologia** da gestão compartilhada dos pontos de cultura aponta para o que o **Fórum Social Mundial** chama de “Território Social Livre”, de um outro mundo possível, um **espaço auto-organizado em rede**. Trata-se de uma metodologia que respeita a singularidade e a especificidade de cada ponto. Diante da nossa rica e enorme diversidade cultural, essa política pública representa um grande avanço. Aprende-se com o diferente, respeitando-o e valorizando-o.

Não impor mas compartilhar é um ato eminentemente pedagógico também para um povo que quer construir sua própria identidade cultural. E não se trata de ter uma identidade fixa para sempre, mas uma identidade em processo permanente de formação e de desenvolvimento.

É verdade, o objeto de arte pode ter também uma **função utilitária**, isto é, pode gerar emprego e renda. Isso é absolutamente legítimo. Mas não deve ser a única função da arte. O utilitarismo, historicamente, acabou negando o sentido estético da arte e, muitas vezes, entrando em contradição com ele, sobretudo quando a cultura é vista puramente como *commodity*, virando *business*. Por vezes, na cultura popular – transformada em cultura de massas – as fronteiras entre esses sentidos é muito tênue. É preciso saber separar o caráter educativo e estético do caráter de entretenimento voltado para o consumo. A indústria cultural usa muito as identidades e a diversidade cultural como entretenimento e como negócio.

A cultura pode servir para a manutenção do *status quo*, mas também pode ser transformadora. Ela pode criar desordem nos padrões existentes. Por isso ela gera conflitos e está sempre no limiar entre a **existência** e a **resistência**. Todos lembramos das palavras de Dostoievski que disse que a beleza pode salvar ao mundo. A beleza

nos ajuda a entender e mudar o mundo. O belo, por si mesmo, transforma o mundo. Mas nenhuma mudança é pacífica. Ela sempre provoca tensões e conflitos. O novo nasce no velho, como ruptura e continuidade. Por isso o novo sempre encontra resistências.

A cultura dominante costuma invisibilizar a cultura popular, a cultura que está na boca e no coração do povo. Por isso, ela pratica a **exclusão cultural** como prática a **exclusão social** e a exclusão digital. É preciso fazer uma ecologia de culturas, inter-transcultural, tornando presentes os ausentes, tornando visível o emergente, o novo, as **novas multidões**. Trata-se, em resumo, de colocar em evidência o que está escondido, o que foi escondido por séculos de invasão cultural, de dominação política e exploração econômica.

Educar para uma cultura solidária é educar para a cidadania, **educar para um outro mundo possível**. Educar para um outro mundo possível é fazer da educação, tanto formal, quanto não-formal, um espaço de formação crítica e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta. Educar para um outro mundo possível é educar para superar a lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos; é educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual. Finalmente, é educar para viver em teia, em rede, solidariamente.